

A BAÍA DA GUANABARA

Houve um tempo – um tempo que não cabe nos calendários – em que o mar estava de fora. A grande depressão tectônica que hoje abraça a Baía da Guanabara era um vale alongado, fendido por forças antigas e pacientes, uma cicatriz do planeta estendida entre serras de gnaisses e granitos que já tinham visto montanhas nascerem e morrerem. Riachos frios riscavam o fundo, serpenteando por várzeas que, à época, conheciam ventos mais secos e um sol diferente. Era o fim da grande idade do gelo. O Atlântico, então mais baixo, estava recuado; o que hoje chamamos linha de costa era apenas a memória de uma maré por vir.

Antes da água, houve um silêncio de rochas. Em algum ponto remoto da história da Terra, placas rangeram, falhas cederam um milímetro por milênio, e o que era maciço se abriu como quem afrouxa um colar apertado no pescoço do mundo.

Depois, o gelo começou a derreter. Não como um espetáculo abrupto, mas como aquelas mudanças discretas que só percebemos quando já nos transformaram.

A água veio depois — primeiro tímida, depois feita mar de dentro — ocupou a fenda, ensaiou marés, inventou praias, desenhou manguezais com a caligrafia paciente das raízes. O desenho ficou. A baía aprendeu a respirar.

A água empilhada em geleiras do outro lado do mapa virou rios, e os rios viraram oceano de novo. O nível do mar se ergueu, centímetro a centímetro, década após década, numa marcha longa e sem pressa. E a cicatriz – o graben da Guanabara – começou a ouvir de novo o chamado salgado.

Gosto de imaginar a cena sem pressa, como faria um cronista sentado na beira da maré: a língua do Atlântico sondando a entrada entre morros, experimentando passagens, ensaiando estreitos, visitando praias recém-nascidas. Primeiro, as águas salobras subiram os antigos vales fluviais e os transformaram em estuários; depois, os estuários se alargaram; por fim, a maré inventou a baía. Não foi um golpe teatral, foi uma escrita lenta, uma caligrafia aquática que redesenhou encostas, ilhotas, restingas. Onde havia varjões, nasceu mangue; onde havia cascalheiras e terraços, a maré deixou um lustro cinzento, cheiro de sal e a promessa de berçários.

A palavra “mangue” é uma das mais bonitas do nosso léxico: curta, sonora, antiga. Naquele avanço paciente do Atlântico, as pioneiras – Avicennia, Laguncularia, Rhizophora – pousaram raízes arqueadas sobre o lodo e inauguraram um quebra-cabeça de microcanais, refúgios e cardumes. A baía que se fazia era, ao mesmo tempo, geologia e berçário. O universo, ali, aprendeu o truque da multiplicação: a cada braço de mar, uma trama de vida; a cada meandro, uma linguagem de marés.

E no horizonte próximo, despontavam morros que o tempo não arredou, como sentinelas: blocos que suportaram compressões, reativações de falhas, intemperismos, e ficaram para contar história. O Pão de Açúcar, o Corcovado, costelas de pedra, eram os pontos de exclamação dessa frase de milhões de anos.

Do ponto de vista das eras, do tempo longo de Braudel – aquele em que montanhas são verbos e oceanos têm biografias –, o que chamamos “formação da Guanabara” é o encontro de dois ritmos: a tectônica que abriu o sulco e a transgressão marinha holocênica que lhe devolveu água. Mas a crônica não é um tratado; é um modo de olhar. E, quando olho para essa história, vejo também gente. Talvez os primeiros grupos humanos, atentos às marés, tenham aprendido ali os horários do peixe, o rastro do caranguejo, o rumor dos ventos. Conchas, fogueiras, ossos de peixe: uma arqueologia da rotina. Mais tarde, virão nomes, guerras, portos, fortalezas, pólvora e bandeiras; mas antes de tudo isso há a delicadeza do cotidiano: o aprender a ler a água.

Heráclito diria que ninguém mergulha duas vezes na mesma baía. A cada maré, outra Guanabara. A cada século, outro desenho de costa. Mesmo as rochas – essas aparentes certezas – mudam: arrepiam-se de musgos, esfarelam-se ao sol, deixam cair grãos que um dia serão praia. E há uma sabedoria nisso. A cidade que veio depois – seus cais, avenidas, túneis, pontes – é uma folha fina pousada sobre muitas camadas de texto: o texto do granito, o texto do lodo, o texto da maré. Quando o Atlântico se ergueu, não fez apenas geografia: escreveu uma nota de rodapé nos nossos planos.

Talvez por isso a Guanabara tenha esse ar de anfiteatro natural – um palco onde o mar, em lugar de cortina, é ator principal. Penso na entrada estreita como um proscênio, nos morros como camarotes, nas nuvens que se enroscam nas encostas como cenografia em movimento. O mar entra e sai, e a cidade – essa criatura inquieta – tenta coreografar o fluxo com diques, aterros, traçados. Às vezes acerta, outras vezes descobre que desenhou sobre água; e a água, paciente, leva o mapa consigo.

Há quem veja nisso um aviso. O fim da última glaciação nos legou o cenário; a nossa época, tão apressada, tão ansiosa por retas e prazos, precisa reaprender o idioma curvo das marés. Não falo de moralismos, falo de escala de tempo: a Guanabara é um lembrete de que o planeta trabalha com prazos que não cabem na agenda do gabinete. Enquanto discutimos sempre o que fazer “até o fim do ano”, as marés escrevem romances de capítulos milenares. O Atlântico, esse escriba antigo, continuará sublinhando margens, movendo linhas, pedindo margem para respirar.

E, no entanto, há uma ternura possível nessa consciência. O saber-se provisório não é condenação; é convite. Convida-nos a ouvir o sussurro do mangue, a recolher a sabedoria das marisqueiras, a perceber que a baía, antes de ser cartão-postal, é

organismo: pulsa, nutre, filtra, amortece. Se a transgressão marinha de doze milênios atrás é o ato inaugural, o que fazemos hoje são as rubricas no canto da página. Podemos assiná-las com soberba – e a natureza nos desmentirá – ou com delicadeza – e talvez o diálogo se renove.

“Tudo flui”, dizia o grego. Mas Drummond, nosso vizinho de pedra, nos lembraria que “o tempo é a minha matéria.” A matéria da Guanabara é tempo e água. Não foi “criada” numa manhã, nem “descoberta” num dia de janeiro: foi lenta, e por isso é grande. Quando o Atlântico começou a subir, após a última glaciação, não inaugurou apenas uma paisagem; inaugurou um modo de pensar a casa. A casa à beira d’água é por definição conversável, aberta, entreaberta: como as raízes do mangue, que não cercam, mas filtram; como as enseadas, que não trancam, mas abrigam; como os estuários, que não impõem, mas misturam doce e salgado.

Imagino um observador anônimo às margens da antiga depressão, em algum ponto de uma manhã muito antiga. Ele nota que o rio está mais largo, o cheiro do ar mudou, e há um gosto leve de sal nos lábios. Não sabe de geleiras, não sabe de curvas de nível; sabe apenas que algo está chegando. Esse algo – o mar que sobe, a maré que aprende o caminho – é o mesmo que hoje, debruçados na mureta, assistimos ao pôr do sol. A história toda cabe nesse gesto: olhar a água e, sem palavras grandes, compreender que a paisagem é um verbo. A Guanabara não é apenas um lugar; é a conjugação de um processo.

E se a crônica tem um dever, é este: devolver-nos a paciência da escala. Quem sabe, ao lembrarmos que a baía nasceu da conversa antiga entre falhas de rocha e marés persistentes, cuidemos melhor das margens por onde andamos. A transgressão marinha de outrora nos ensinou que o mundo não é feito de contornos definitivos, mas de linhas que respiram. É uma bela lição para um tempo que insiste em traçar fronteiras com régua. Que aprendamos, com o Atlântico paciente e com o mangue tenaz, a desenhar com água e com raiz.

Quando os primeiros remos Tupi tocaram esse espelho convexo, a cicatriz já brilhava. O nome, sal e sílaba, parece que nasce do próprio sopro: Guanabara. A canoa passa, a garoupa salta, a garça observa como se fosse uma senhora antiga sentada à janela. Todo vale, cedo ou tarde, vira caminho. E o caminho trouxe línguas novas, bandeiras, a obstinação de um forte numa ilha chamada por outro nome. Sobraram ilhas como reticências — Villegagnon, Cobras, Paquetá — cada qual a sua pequena mitologia. No anel da água, ergueram-se baterias, ergueram-se templos, ergueu-se um porto e, com ele, a pressa mercante capaz de reduzir qualquer geologia a um bilhete “entrega urgente”.

A cidade aprendeu a se ver no espelho da baía. De um lado, o Pão de Açúcar ergue sua cabeça arredondada como um animal curioso. Do outro, a serra antiga segura a aurora e retém, por um instante, a luz boa que chega do mar. Numa manhã de

verão, a Ponte Rio–Niterói desenha um compasso sobre a água, uma régua lírica apontando direções que vão de um cais a outro, e de ambos a lugar nenhum que não seja a sensação de atravessar. Atravessar é verbo essencial por aqui: atravessam-se décadas, regimes, escolas de samba, crises econômicas, modas de calçada. A baía vive o tempo de modo anfíbio — metade calendário, metade maré.

O país se acostumou a seu destino de exportar a paisagem do Rio como se fosse um cartão-postal vivo. Mas poucos reparam que há, sob a luz dourada, um mapa de cicatrizes. O Aterro se debruça sobre a água com o jardim de Burle Marx como quem tenta curar, com desenho e sombra, uma ferida demográfica que sempre torna a abrir. Em volta, os canais insistem em contar a história da cidade por baixo: o que a cidade come, o que rejeita, o que não quer mais lembrar. A corrente leva tudo adiante e devolve tudo ao mesmo lugar — como se a Guanabara fosse um coração às avessas, batendo em lentidão mineral.

Numa barca para Paquetá, certo dezembro, ouvi um menino perguntar ao pai se o Pão de Açúcar era de comer. O pai riu, disse que não, que era de olhar. E havia no riso uma pedagogia antiga: há coisas nesse mundo que não se consomem; contemplam-se. A barca cortava o verde opaco, alguém tocava um violão com saudade de rádio AM, e a brisa trazia, misturado, sal, diesel e buganvílias. Ao longe, os morros faziam sombra sobre a superfície e, por um instante, a baía pareceu uma página de livro com a margem bem marcada. Toda leitura é também margem: é por ela que a gente sabe onde começa e onde termina o dito, onde cabe respirar.

Mas a Guanabara é mais sábia que nossos planos diretores. Ela entende que o que chamamos de progresso é apenas a forma como a espécie humana tenta negociar com as forças profundas. Abrimos túneis, erguemos pistas, esticamos a cidade sobre estacas e promessas; e a baía, paciente, lembra-nos que as águas têm memória. As correntes trazem de volta o lixo e a culpa, o peixe e a festa. O mesmo estuário que acolhe navios também devolve à praia aquilo que preferiríamos esquecer. A cicatriz ensina: tudo o que se lança ao mundo faz o seu caminho de retorno.

Em tardes de céu lavado, quando o Corcovado deixa cair a sombra exata sobre o casario, a baía volta a ser uma boca de abraçar. Os ventos do leste penteiam as copas e um bando de gaivotas rotula o ar como quem escreve em giz num quadro azul. A cidade — essa invenção nossa, tão recente diante dos gnaisses — precisa do gesto elementar de ser abraçada. É no contorno da Guanabara que o Rio se reconhece e se consola. Nele cabem tanto a altivez de um desfile na Sapucaí quanto o recolhimento de uma missa de sétimo dia, tanto o brado que sobe do Maracanã quanto o sussurro de uma janela aberta em Santa Teresa.

Há quem diga que “depressão” é palavra triste para batizar um lugar tão luminoso. Talvez. Mas depressões podem ser também abrigo. Tudo o que é concavo protege:

conchas, mãos em concha, vales. A baía protege a cidade do ímpeto bruto do Atlântico como uma mãe que segura, com o corpo, o vento que poderia derrubar a criança. E, não raro, é a cidade quem precisa proteger a baía — da nossa impaciência, do nosso esquecimento, da nossa vocação para atolar esperanças em aterros de ocasião. Quando isso acontece, a água muda de humor, escurece; não por vingança, mas por didática: o mar não é cenário, é sujeito.

Penso, então, que talvez devamos aprender com a geologia o que desaprendemos com a vida: a paciência das forças lentas. Um dia, como agora, você atravessa a ponte antiga: a paisagem está a mesma, e não está. A luz de agosto morde os contornos com outra denteição, os prédios somam um andar, uma árvore voltou a florescer onde a achávamos morta. E, ao fundo, a cicatriz, fiel a si mesma, sustenta tudo — o belo e o difícil.

Se algum dia você vier comigo refazer esse percurso, prometo ficar calado por um minuto inteiro quando a barca fizer a curva e o Pão de Açúcar se alinhar com o contorno de Niterói. Nesse minuto, escuta só: parece um rumor de páginas viradas, como se a Terra, que é velha, estivesse lendo o nosso presente. E quando a proa cortar a água outra vez, como quem vira mais uma folha, você vai entender que a Guanabara não é apenas um lugar. É um tempo. E o tempo, esse sim, é a maior das paisagens.